



ACÓRDÃO Nº973/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11398/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Autazes
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Emilson Sales de França (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2552/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Autazes. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na Dívida Ativa. Determinação. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Emilson Sales de França, responsável pela Câmara Municipal de Autazes, referente ao exercício de 2018, , com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Emilson Sales de França**, no valor de **R\$13.654,40** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos) com base no art. 308, I, alínea "a" em observância a restrição n.º 2, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do



ACÓRDÃO Nº973/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Emilson Sales de França** no valor de **R\$1.706,80** (hum mil setecentos e seis reais e oitenta centavos) com base no art. 308, VII, do Regimento Interno desta Corte de Contas em razão das restrições não sanadas, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa** do Sr. Emilson Sales de França, em caso de não recolhimentos dos valores de condenação, e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei nº 2.423/96, art. 169, II, art. 173, e § 6º do art. 308, todos da Resolução nº 04/2002- TCE.
- 10.5. Determinar** ao Poder Legislativo Municipal, em observância a restrição n.º 10, para que tome providencias a fim de responsabilizar os agentes públicos que causaram dando ao erário.
- 10.6. Recomendar** ao Sr. Emilson Sales de França que:
- a)** Determine a Procuradoria Geral do Município de Autazes notifique os responsáveis no sentido de apurar responsabilidades quanto aos valores em Poder de Terceiros, referentes ao Saldo de valor de R\$ 442.874,35 inscritos na conta "Créditos Por Dano ao Patrimônio Provenientes de Créditos";
 - b)** Providencie ações para que todos os demonstrativos contábeis e relatórios estejam devidamente assinados pelos respectivos profissionais, sob pena de desconsiderar o documento não assinado, podendo ainda ser aplicada multa pela reincidência;
 - c)** Determine ao contador do órgão que promova a revisão dos valores lançados e conferência dos cálculos nos referidos demonstrativos contábeis do órgão;
 - d)** Determinar à origem, nos termos do § 2º do art. 188 da Res. nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) que elabore inventário de Bens Patrimoniais, promova o adequado registro de entrada e saída, de forma manual ou eletrônica, destinando-se um local adequado para o



ACÓRDÃO Nº973/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

acondicionamento dos materiais disponibilizados à Câmara Municipal de Autazes, conforme dispõe os art. 94 a 96 da Lei nº 4320/64 c/c art. 106, II, da Lei nº 4320/64, contando nos seus tombamentos sob pena de sanção em caso de reincidência da impropriedade em análise nas próximas prestações de contas;

e) Providencie ações que visem que a Câmara Municipal de Autazes, realize o envio imediato dos citados bens em desuso/obsoletos ao Poder Executivo de Autazes;

10.7. Dar ciência ao Sr. Emilson Sales de França desta decisão.

10.8. Arquivar o presente processo após cumpridas as determinações.

11- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Outubro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição